

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

| | | |
|---|------------|-----------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2026/9302 | 13931/2026 | Proposta à Câmara Municipal |
| Assunto do Processo | | |
| Proposta à Câmara Municipal - Aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF) | | |
| Unidade Administrativa | | |
| DCF - DCP [ENTRADAS] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

Assunto: Aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF).

Enquadramento Legal:

Nos termos do artigo 33.º, n.º 1, alínea f), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete ao Órgão Executivo autorizar a despesa e aprovar as peças do procedimento, designadamente o Programa de Concurso e o Caderno de Encargos.

Fundamentação:

Nos termos do informado pelo serviço requisitante, a necessidade inerente à contratação em apreço encontra-se devidamente fundamentada no ponto 4.1 da Informação Preparatória do respetivo procedimento e prende-se com a aquisição de um veículo VTTF.

Cumpra ainda assinalar que a presente intervenção se integra no âmbito do projeto financiado pelo aviso Norte2030#2024#41 – Veículo Operacional de Proteção e Socorro para os Bombeiros Sapadores (VTTF), revestindo, por isso, caráter indispensável para o cumprimento das obrigações, metas e prazos estabelecidos pela entidade financiadora.

A despesa correspondente encontra-se cabalmente cabimentada através do cabimento sequencial n.º 100747.

Tendo em conta o valor estimado da contratação e a natureza do fornecimento, considera-se adequado o recurso ao procedimento de Concurso Público com publicitação no JOUE, nos termos do artigo 38.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

As peças procedimentais – Programa de Concurso e Caderno de Encargos – encontram-se elaboradas e são submetidas para aprovação.

Proposta:

Submeter à deliberação do Órgão Executivo:



1. A autorização para a despesa necessária à contratação das referidas apólices e da decisão de contratar, nos termos do artigo 36.º do CCP;
2. Da escolha do procedimento de Concurso Público com Publicidade Internacional, nos termos do artigo 38.º do CCP;
3. A aprovação das peças do procedimento (Programa de concurso e Caderno de Encargos), em anexo, nos termos do artigo 40.º, nº2 do CCP.
4. Restantes propostas constantes do ponto 3.º da informação de abertura de procedimento
5. Determinar que se proceda à tramitação subsequente do procedimento, nos termos legais aplicáveis.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONCORDÂNCIA COM AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO

Data: 18/03/2026

Nº Processo:: 13931/2026

Processo: Proposta à Câmara Municipal - Aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF)

Atento o teor da informação de abertura do procedimento, bem como os fundamentos nela expendidos, concordo com as peças do procedimento de contratação pública propostas, constantes do ponto 3.º da referida informação.

Mais determino que, nos termos do n.º 1, alínea f), do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a presente informação seja submetida à apreciação e aprovação do órgão executivo, na próxima reunião de Câmara .

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CPI/04/26/DCP

Aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal

PROGRAMA DE CONCURSO

Índice

| | |
|--|----|
| 1. Identificação do Procedimento..... | 3 |
| 2. Objeto do Procedimento..... | 3 |
| 3. Entidade Adjudicante..... | 3 |
| 4. Órgão que tomou a decisão de contratar..... | 3 |
| 5. Fundamentação da escolha do Concurso Público..... | 3 |
| 6. Júri..... | 3 |
| 7. Preço base..... | 4 |
| 8. Fundamentação do preço base..... | 4 |
| 9. Fundamentação da escolha pela não divisão em lotes..... | 4 |
| 10. Documentos que constituem a proposta..... | 4 |
| 11. Acesso às peças do procedimento..... | 5 |
| 12. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem..... | 5 |
| 13. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)..... | 6 |
| 14. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)..... | 6 |
| 15. Propostas variantes..... | 7 |
| 16. Prazo da obrigação de manutenção das propostas..... | 7 |
| 17. Concorrentes..... | 7 |
| 18. Modalidade jurídica de associação de empresas..... | 7 |
| 19. Esclarecimentos e listas de erros e omissões..... | 7 |
| 20. Peritos ou consultores..... | 8 |
| 21. Critério de adjudicação..... | 8 |
| 22. Critério de desempate..... | 8 |
| 23. Regras de arredondamento..... | 9 |
| 24. Negociações..... | 9 |
| 25. Caução..... | 9 |
| 26. Documentos de habilitação..... | 9 |
| 27. Regime de Beneficiário Efetivo..... | 11 |
| 28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação..... | 12 |
| 29. Minuta do Contrato..... | 12 |
| 30. Outorga do Contrato..... | 12 |
| 31. Legislação aplicável..... | 13 |
| ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP..... | 14 |
| ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO..... | 15 |
| ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA..... | 16 |
| ANEXO A – ACORDO PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO..... | 17 |

1. Identificação do Procedimento

Procedimento **Concurso Público n.º CPI/04/26/DCP** que visa a aquisição de bens.

2. Objeto do Procedimento

Aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal (VTTF).

3. Entidade Adjudicante

Município de Braga.

4. Órgão que tomou a decisão de contratar

Nos termos do artigo 36.º do CCP a decisão de contratar foi tomada pelo/a:
Câmara Municipal no exercício da competência estabelecida no artigo 18.º, n.º 1, alínea b), do DL n.º 197/99, de 08.06, repristinado pela Resolução da Assembleia da República nº86/2011 de 11 de abril e mantido em vigor pelo DL n.º 18/2008, de 29.01 (na redação atual), em conjugação com a alínea f) do n.º 1 do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12.09.

5. Fundamentação da escolha do Concurso Público

Atendendo a que o valor do contrato previsto para este procedimento é de 289.000,00€, o fundamento da escolha do procedimento tem por base o:
Critério do valor definido no artigo 20.º, n.º 1, al. a) em conjugação com o artigo 474º, nº3, alínea c), cujos valores foram atualizados pelos Regulamento Delegado EU 2025/2152, do Código dos Contratos Públicos (CCP).

6. Júri

1. O concurso é conduzido por um júri composto no mínimo por três membros efetivos, um dos quais preside, e dois suplentes.
2. Cabe ao Júri prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento.
3. Para efeitos de análise e avaliação das propostas, face às especificações técnicas, o Júri poderá, nos termos do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 72.º do CCP, solicitar aos concorrentes os esclarecimentos e a documentação comprovativa que não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

4. No caso de não ser apresentada mais do que uma proposta, o júri poderá ser dispensado nos termos do n.º 4 do artigo 67.º do CCP, sendo as suas funções exercidas pela Divisão de Contratação Pública.

7. Preço base

1. O preço base do procedimento é de **289.000,00 €**, sem IVA incluído.
2. O preço referido no número anterior é o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato e que limita o preço contratual.

8. Fundamentação do preço base

O preço base foi definido com base nos preços atualizados do mercado obtidos através da consulta preliminar prevista no art.º 35º-A do CCP.

9. Fundamentação da escolha pela não divisão em lotes

Nos termos do disposto no artigo 46º-A do Código dos Contratos Públicos, e tendo em conta o preço base do procedimento, a decisão de não contratação em lotes, é fundamentada pelas seguintes situações:

- a. Quando as prestações a abranger pelo respetivo objeto forem técnicas ou funcionalmente incindíveis;

10. Documentos que constituem a proposta

1. A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, elaborada em conformidade com o modelo e instruções constantes do **Anexo I** ao presente Programa de Concurso;
 - b. Proposta deve conter os seguintes **atributos**:
 - i. Declaração de acordo o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa de concurso:
 - a. o **preço total**, o qual deverá ser indicado em algarismos e por extenso, que não devem incluir IVA;
 - c. Proposta deve conter os seguintes **termos ou condições**

- i. Documento onde conste de forma perçetível a marca do veículo proposto, modelo e as principais características do chassis e do motor propostos

11. Acesso às peças do procedimento

1. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na plataforma eletrónica de contratação pública Vortal com o endereço <https://www.vortal.biz/pt>
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e download das peças de procedimento.
3. Todas as notificações e comunicações entre a entidade adjudicante ou o gestor do procedimento/júri e os interessados, os concorrentes ou o adjudicatário, relativas na fase de formação do contrato, devem ser efetuadas através da plataforma eletrónica atrás referida, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.

12. Modo de apresentação da proposta e dos documentos que as instruem

1. A(s) proposta(s) e os documentos que a instruem serão apresentados através da **plataforma eletrónica** em uso nesta entidade sita em: <https://www.vortal.biz/pt>.
2. A(s) entidade(s) convidada(s), devem proceder à **assinatura individual e eletrónica em todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica** de contratação pública, utilizando um certificado de assinatura eletrónica qualificada, nos termos do n.º 4 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e do n.º 5 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
3. Os documentos eletrónicos emitidos por entidades terceiras competentes para a sua emissão, designadamente, certidões, certificados ou atestados, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica das entidades competentes ou dos seus titulares, não carecendo de nova assinatura por parte do operador económico que os submetem, conforme o disposto no n.º 3 do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.
4. A submissão das propostas deve ainda ser acompanhada de selos temporais válidos, garantindo a integridade e a validade legal dos documentos apresentados.
5. Nos casos em que o **certificado digital não permita relacionar diretamente o assinante com a sua função e respetivo poder de assinatura**, deve a entidade interessada submeter um documento eletrónico oficial que comprove o poder de representação e assinatura do assinante;

- a. **Certidão do registo comercial** ou no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial **da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos**, e/ou
 - b. **Procuração** emitida pelo interessado, que confira a este último os poderes necessários para o efeito, outorgada perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário ou outro organismo profissional qualificado.
6. Se proposta e todos os documentos que se lhe associarem sejam apresentados por um agrupamento de concorrentes, devem os mesmos ser apenas assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos ao Anexo I dos documentos da proposta, **a declaração conforme modelo constante do ANEXO A do presente programa de concurso**, ou, não existindo representante comum, deve a proposta e todos os documentos que se lhe associarem conter a assinatura de todos os seus membros ou respetivos representantes.
7. Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las, bastando comunicarem tal facto.
8. A proposta deve mencionar que ao preço total acresce o IVA, indicando-se o respetivo valor e a taxa legal aplicável entendendo-se, na falta desta menção, que o preço apresentado não inclui aquele imposto.
9. Todos os preços, parciais ou totais, não deverão ter mais de quatro casas decimais¹.

13. Idioma dos documentos que constituem a(s) proposta(s)

Todos os documentos devem ser apresentados em Português ou, não o sendo, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.²

14. Prazo para apresentação da(s) proposta(s)

1. As propostas e os documentos que a instruem serão entregues até às **23H59m do 30.º dia** a contar da data de envio do anúncio para publicação.
2. Sempre que o termo do prazo definido para a apresentação de propostas coincidir com dia em que os serviços da entidade adjudicante estejam encerrados, transfere-se o mesmo para o primeiro dia útil seguinte.

¹ Este número deve retirar-se sempre que não for aplicável ou adaptar-se ao pretendido.

² Nos termos do artigo 58.º, n.ºs 2 e 3, pode definir-se outra língua para a apresentação dos documentos com os atributos e termos ou condições.

3. A transferência do termo do prazo definido no número 1, por força do estabelecido no número 2, não determinará qualquer alteração aos prazos que estejam associados ao prazo definido para a apresentação de propostas³.

15. Propostas variantes

Não é admitida a apresentação pelos concorrentes de proposta(s) variante(s).

16. Prazo da obrigação de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de **66 (sessenta e seis) dias** contados da data do termo fixado para a apresentação das propostas, de acordo com o mencionado no artigo 65.º do CCP.

17. Concorrentes

1. Podem ser concorrentes ao presente procedimento as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em qualquer uma das situações impeditivas previstas no artigo 55.º do CCP.
2. Podem ainda ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação e desde que todas as entidades do agrupamento cumpram os requisitos legais exigidos para efeitos do presente procedimento.
3. Os membros do agrupamento concorrente não podem ser concorrentes no mesmo procedimento, nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Todos os membros de um agrupamento são solidariamente responsáveis perante a entidade adjudicante pela manutenção da proposta.

18. Modalidade jurídica de associação de empresas

Em caso de adjudicação todos os membros do agrupamento adjudicatário, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos da lei.

19. Esclarecimentos e listas de erros e omissões

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados pelos interessados, por escrito, no primeiro terço

³ Refere-se a título de exemplo: prazo para esclarecimentos e retificação de peças do procedimento (art.º 50º do CCP); prazos relativos à apresentação de erros e omissões e decisão dos mesmos (art.º 63º do CCP).

do prazo fixado para a apresentação das propostas, ao júri do concurso através da plataforma eletrónica VORTAL com endereço <https://www.vortal.biz/pt>.

2. No mesmo prazo, devem os interessados apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.
3. Os esclarecimentos a que se referem os números anteriores são prestados pelo júri, por escrito, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica.
4. A entidade adjudicante pode proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento nos termos e no prazo previsto no número anterior.
5. Quando as retificações ou esclarecimentos sejam comunicadas para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.

20. Peritos ou consultores

1. O júri poderá socorrer-se da colaboração dos quadros da entidade adjudicante, ou de quaisquer outros técnicos, como consultores externos, para o apoio e elaboração de relatórios técnicos, na análise das propostas.
2. As deliberações do Júri poderão ter por fundamento, no todo ou em parte, pareceres ou estudos de consultores externos, casos em que tais documentos instruirão os respetivos relatórios que para eles remeterão.

21. Critério de adjudicação

1. A adjudicação será feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada através da modalidade:
 - a. **Monofator**, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, de acordo com o qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, neste caso o preço como único aspeto da execução do contrato a celebrar.
 - b. Para efeitos do número anterior, será considerada mais vantajosa a proposta que apresente o menor preço.

22. Critério de desempate

Se por via da aplicação dos critérios definidos nos números anteriores se verificar a igualdade de pontuação entre duas ou mais propostas, a ordenação final das propostas

resultará de sorteio a promover pelo júri, com a presença dos representantes de todos os concorrentes, que serão antecipadamente notificados para o ato público. A sessão para a realização do referido sorteio será agendada e notificada aos interessados com, pelo menos, 2 (dois) dias de antecedência.

23. Regras de arredondamento

Os cálculos matemáticos implicados nas operações de avaliação das propostas serão efetuados sempre considerando quatro casas decimais, processando-se o arredondamento da pontuação final do critério de adjudicação até à terceira casa decimal.

24. Negociações

A(s) proposta(s) apresentada(s) não será(ão) objeto de negociação.

25. Caução

Nos termos do disposto no artigo 88.º n.º 2 do CCP não será exigível a prestação de caução.

26. Documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar, a reprodução dos documentos de habilitação referidos nas alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo da possibilidade conferida no n.º 10 do mesmo artigo, caso o adjudicatário se encontra registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado, a saber:
 - a. Declaração emitida conforme o modelo constante do **Anexo II** ao presente Convite, do qual faz parte integrante.
 - b. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente a contribuições para a **segurança social** em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP.
 - c. Documento comprovativo da sua situação regularizada relativamente **a impostos** devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, como definido na alínea e) do art.º 55.º do CCP.
 - d. Certificado de **registo criminal**, do próprio no caso de pessoas em nome individual, ou **dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência** em efetividade de funções **e da própria pessoa coletiva**, ou documento

equivalente, no caso de entidades coletivas, como previsto na alínea b) e h) do art.º 55.º e do art.º 83.º-A do CCP, com a inscrição no fim a que se destina “Contratação Pública”.

- e. Cópia da **certidão do registo comercial** ou o código de acesso à certidão permanente ou da ata de tomada de posse dos titulares dos órgãos e respetivos estatutos, no caso de se tratar de pessoa coletiva sem carácter comercial ou industrial. ⁴
 - f. Declaração de início de atividade.⁵
 - g. Comprovativo de inscrição em lista oficial de fornecedores de bens móveis ou de prestadores de serviços de qualquer Estado signatário do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu que revele a titularidade das habilitações adequadas e necessárias à execução das prestações objeto do contrato a celebrar, conforme o previsto no número 3 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, quando for o caso.
 - h. Declaração de compromisso de Honra, que se anexa, conforme o previsto no número 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 372/2017 de 14 de dezembro, em substituição dos documentos das alíneas b) a e) da presente cláusula.
2. No caso de a adjudicação recair sobre uma proposta apresentada por agrupamento:
- a. Os documentos de habilitação devem, nos termos do artigo 6.º da portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro, ser apresentados por todos os seus membros.
 - b. Devem apresentar cópia do contrato de constituição da modalidade jurídica de consórcio externo, caso já não disponham de outra modalidade jurídica prevista por lei, do qual constem os elementos previstos no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28.07, nomeadamente:
 - i. Objeto e natureza do consórcio (art.2.º);
 - ii. Denominação do consórcio (art.15.º) ;
 - iii. Duração do consórcio/ vigência;
 - iv. Chefe de consórcio (art.12.º) - representante empresa e responsável. Indicaram em declaração isolada, deverá estar no acordo;
 - v. Obrigações do chefe de consórcio (art.13.º e 14.º);
 - vi. Deveres dos membros do consórcio (art.8.º);
 - vii. Responsabilidade conjunta das partes - Cotação de cada uma das representadas (poderá refletir o peso de cada parte no valor adjudicado).

⁴ Não aplicável a entidades não comerciais.

⁵ Aplicável no caso de a adjudicação ser a uma entidade em nome individual.

3. O órgão competente para a decisão de contratar poderá solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste deste programa de procedimento, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, caso em que será, nos termos do n.º 8 do artigo 81.º do CCP, fixado prazo para o efeito.
4. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa, sendo que, quando os mesmos, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos numa outra língua, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.
5. Quando os documentos de habilitação, ou alguns deles, se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em substituição da respetiva apresentação, indicar o endereço do sítio onde podem ser consultados, bem como toda a informação necessária à consulta, desde que o sítio e os documentos nele disponibilizados se encontrem redigidos em língua portuguesa.
6. O órgão competente para a decisão de contratar notifica, em simultâneo, todos os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, indicando o dia em que ocorreu essa apresentação e disponibilizando-os, para consulta por todos os concorrentes, através do mesmo meio admissível para a apresentação das propostas.

27. Regime de Beneficiário Efetivo⁶

1. Juntamente com os documentos de habilitação e dentro do mesmo prazo, o adjudicatário deverá ainda apresentar o **documento comprovativo de registo no RCBE⁷**, ou respetivo código de acesso.
2. Tendo em consideração o disposto no artigo 37.º, nº 1, alínea b), da Lei nº 89/2017, de 21 de agosto, o incumprimento das obrigações declarativas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, proíbe a celebração decorrente do presente procedimento, constituindo causa de caducidade da adjudicação por força do disposto no artigo 87.º-A do CCP.
3. Ao adjudicatário será concedido um prazo de 5 dias para se pronunciar em sede de audiência prévia, relativamente a facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º - A do CCP.

⁶ Não aplicável a entidades em nome individual

⁷ Estão excluídas da apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º do Anexo, da Lei 89/2017, de 21 de agosto

28. Prazo para apresentação dos documentos de habilitação

1. O adjudicatário deve apresentar os documentos **no prazo máximo de 5 (cinco) dias** após a notificação da adjudicação.
2. Para efeitos da alínea g) do n.º 1 do artigo 132.º do CCP, o adjudicatário **dispõe de um prazo de 5 (cinco) dias** para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP
3. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar. *(n.º 2 do art.º 85º do CCP).*
4. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, o adjudicatário será notificado do facto ocorrido, para que, **no prazo de 5 (cinco) dias** se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia. *(n.º 2 do art.º 86º do CCP).*
5. Sempre que se verifique um facto que possa levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por um facto que não seja imputável ao adjudicatário, o prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por solicitação do adjudicatário ao órgão competente para a decisão de contratar, **por um período não superior a 5 (cinco) dias**. *(n.º 3 do art.º 86º do CCP).*

29. Minuta do Contrato

A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos propostos consideram-se aceites quando haja aceitação expressa ou quando não haja reclamação nos **5 (cinco) dias** subsequentes à respetiva notificação.

30. Outorga do Contrato

1. A Outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:
 - a. Decorridos 10 dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação, exceto quando tenha sido apresentada uma única proposta; o procedimento tenha sido realizado ao abrigo de um acordo-quadro, não tenha sido publicado no JOUE, conforme previsto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP.

- b. Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
 - c. Comprovada a prestação da caução, quando esta for devida.
2. O órgão competente para a decisão de contratar remete ao adjudicatário, para assinatura o contrato, devendo a assinatura ocorrer por meio de aposição de assinatura eletrónica.
3. O prazo para a outorga e remessa (devolução) do contrato por parte do 2.º outorgante é de 5 dias.

31. Legislação aplicável

Em tudo quanto for omissa no presente programa de concurso, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo DL n.º 18/2008 de 29 de janeiro e republicado no DL n.º 111-B/2017 de 31 de agosto de 2017, e sucessivas alterações, nomeadamente a Lei n.º 30/2021, de 21 de maio), e restante legislação aplicável.

ANEXO I – Instruções para preenchimento do DEUCP

1. Nota Prévia

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) disponível em ESPD (<https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>) devendo ser selecionadas as seguintes opções de preenchimento:

- a. “Sou um operador económico”;
- b. “Importar um DEUCP”;
- c. “Carregar documento” – selecionar o ficheiro “espd-request.xml”, disponibilizado pela entidade adjudicante junto das peças procedimentais;
- d. Selecionar o país do concorrente;
- e. Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
- f. Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado pelo concorrente ou pelo representante que tenha poderes para o obrigar e enviado junto com os restantes documentos da proposta.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO

| |
|---|
| (a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Decreto-Lei 18/2008 de 29 de janeiro, com as alterações vigentes) |
|---|

1. ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de ⁽⁸⁾ ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário(a) no procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada ⁽⁹⁾ não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
2. O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados ⁽¹⁰⁾] os documentos comprovativos de que a sua representada ⁽¹¹⁾ não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[Local], [data] [Assinatura ⁽¹²⁾]

⁽⁸⁾ Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

⁽⁹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹⁰⁾ Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

⁽¹¹⁾ No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

⁽¹²⁾ Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA

1. (nome, número de documento de identificação¹³ e morada), na qualidade de representante legal de ¹⁴ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de (designação ou referência ao procedimento em causa, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada¹⁵ se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.
2. Declara também que se obriga a executar o fornecimento, pelo preço contratual de € (..... euros) nos termos do disposto do artigo 60.º do Código dos Contratos Públicos, o qual acresce imposto sobre o valor acrescentado (IVA) de %.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

(¹³) Indicar o n.º do BI ou do CC

(¹⁴) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas

(¹⁵) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada»

ANEXO A – ACORDO PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO DE CONSÓRCIO

_____ (firma, número de identificação fiscal e sede), neste ato representada pelos signatários, _____ (nome, número de identificação), com poderes para o efeito e com domicílio profissional na _____ (morada), concorrente ao Concurso Público/Concurso Público Internacional com a referência _____ lançado pelo Município de Braga relativo ao _____ (designação do procedimento em causa), concorre em AGRUPAMENTO com _____ (firma, número de identificação fiscal e sede), sendo a **REPRESENTANTE COMUM DO AGRUPAMENTO** (e futura chefe de consórcio) de acordo com o presente **Acordo Promessa de Constituição de Consórcio**, e respetivo **Instrumento de Mandato**, formalizando, desde já, a intenção de, em caso de Adjudicação, se constituir em **CONSÓRCIO**, nos termos do Decreto-lei 231/81, de 28 de julho, em regime de Responsabilidade Solidária com a Sociedade supra referida e da qual aceitou a sua nomeação como Sociedade Representante Comum do Agrupamento e futura Chefe de Consórcio.

A participação qualitativa de cada Sociedade é a que se discrimina:

| Firma | Participação (%) ou (€) |
|-------|-------------------------|
| A - | |
| B - | |

A _____ (firma) conjuntamente com _____ (firma), declara perante o Município de Braga, que tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar, em Responsabilidade Solidária Passiva, se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas, bem como à apresentação e manutenção da proposta.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais)]

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

CPI/04/26/DCP

Aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal

CADERNO DE ENCARGOS

Índice

| | |
|--|----|
| PARTE I – Cláusulas Gerais | 4 |
| 1ª. Objeto..... | 4 |
| 2ª. Contrato..... | 4 |
| 3ª. Prazo do contrato..... | 4 |
| Secção I – Obrigações da entidade adjudicante | 5 |
| 4ª. Obrigações da entidade..... | 5 |
| 5ª. Preço contratual | 5 |
| 6ª. Modificação contratual | 6 |
| 7ª. Alterações ao contrato..... | 6 |
| 8ª. Condições de pagamento..... | 6 |
| Secção II – Obrigações do cocontratante | 7 |
| 9ª. Obrigações principais do cocontratante | 7 |
| 10ª. Garantia Técnica | 8 |
| 11ª. Conformidade e operacionalidade dos bens..... | 9 |
| 12ª. Proteção de dados pessoais | 9 |
| 13ª. Responsabilidades | 10 |
| 14ª. Dever de sigilo..... | 10 |
| 15ª. Termos de desempenho ambientais | 11 |
| Secção III – Penalidades contratuais e força maior | 11 |
| 16ª. Penalidades contratuais | 11 |
| 17ª. Força maior | 12 |
| Secção IV – Resolução e subcontratação contratual..... | 13 |
| 18ª. Resolução por parte da entidade adjudicante | 13 |
| 19ª. Resolução por parte do cocontratante | 14 |
| 20ª. Subcontratação e cessão da posição contratual..... | 14 |
| 21ª. Foro competente..... | 14 |
| Secção V – Disposições Finais | 14 |
| 22ª. Consulta preliminar ao mercado..... | 14 |
| 23ª. Comunicações e notificações | 15 |
| 24ª. Gestor do Contrato | 15 |
| 25ª. Local da entrega dos bens | 15 |
| 26ª. Contagem dos prazos | 15 |

| | | |
|-------------------------------------|------------------------------|----|
| 27ª. | Legislação aplicável | 15 |
| Parte II – Cláusulas Especiais..... | | 15 |
| 28ª. | Especificações técnicas..... | 15 |
| 29ª. | Equivalência Técnica | 35 |

PARTE I – Cláusulas Gerais

1ª. Objeto

1. Procedimento Concurso Público n.º CPI/04/26/DCP.

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a aquisição de Veículo Tanque Tático Florestal.

2ª. Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, independentemente de ser ou não reduzido a escrito.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. Os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c. O presente Caderno de Encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos que integram o contrato e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo cocontratante nos termos do disposto no artigo 101.º, desse mesmo diploma legal.

3ª. Prazo do contrato

1. O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens, que não poderá ultrapassar a data de **30 de novembro de 2026**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, salvo se se verificarem casos de força maior que impeçam a execução do contrato, podendo, neste caso, a entidade adjudicante prorrogar o prazo de validade do contrato.
2. O prazo indicado no número anterior, inicia-se:
 - a. Com contrato reduzido a escrito, a partir da data da última assinatura aposta no mesmo, sendo condição de eficácia e data de início da execução contratual.

3. Sem prejuízo das normas legais imperativas, relativas ao reequilíbrio financeiro, e do previsto no n.º anterior, findo o prazo referido no n.º 1, e caso não tenha sido atingido o preço contratual, o contrato extingue-se sem que assista ao cocontratante o direito a qualquer indemnização pelo valor das prestações não executadas.
4. Podem constituir força maior, para efeitos do n.º 1, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias e embargos ou bloqueios internacionais.

Secção I – Obrigações da entidade adjudicante

4ª. Obrigações da entidade

1. A entidade adjudicante é exclusivamente responsável pelo pagamento dos bens que lhe sejam prestados.
2. A entidade adjudicante deve fornecer ao cocontratante a informação relevante e necessária relacionada com o contrato.
3. A entidade deve assegurar, na formação e na execução dos contratos públicos, que os operadores económicos respeitam as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental, de igualdade de género e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional.

5ª. Preço contratual

1. Pelo objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a entidade adjudicante deve pagar ao cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior, não pode, em qualquer caso, ser superior ao preço base de 289.000,00€ (valor sem IVA).
2. O preço referido no número 1 inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída a entidade adjudicante, incluindo, nomeadamente os relativos ao acondicionamento, embalagem, carga, transporte e descarga no local indicado para os locais de consumo, bem como seguros ou quaisquer outras despesas inerentes ao transporte.
4. O preço a que se refere o n.º 2 considera-se executado com o fornecimento integral dos bens.

6ª. Modificação contratual

1. Se no decurso do contrato, e até ao seu termo, ocorrer qualquer prorrogação do prazo de execução do projeto e vier a verificar-se a necessidade de, em consequência, proceder à reprogramação das diversas fases do contrato celebrado, fica desde já definido o termo do prazo desse projeto, acrescido das suas prorrogações, como prazo limite de execução do contrato, sem que dessa reprogramação possam decorrer alterações ao objeto do contrato, salvaguardando o limite temporal de 3 anos.

7ª. Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da publicitação no portal dos contratos públicos.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma alguma antecedência em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

8ª. Condições de pagamento

1. As quantias devidas pela entidade adjudicante, nos termos da(s) cláusula(s) anterior(es), deve(m) ser paga(s) no prazo de 60 dias, após a receção pela Divisão de Contabilidade, das respetivas faturas emitidas em cumprimento com:
 - a. o artigo 36.º do CIVA;
 - b. o artigo 9.º, n.º 1, da LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na atual redação, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva e após o fornecimento de bens e serviços;
 - c. o Decreto-lei n.º 123/2018 e Decreto-lei n.º 14-A/2020, as quais devem ser remetidas de forma desmaterializada sob a tecnologia Eletronic Data Interchange (E.D.I.):
 - i. Parceiro de faturação: Portal Saphety invoice Network;

- ii. Contactos: sales@saphety.com; faturaeletronica@saphety.com e helpdesk@saphety.com.
- d. qualquer esclarecimento adicional relacionado com faturas deve entrar em contacto com servico.contabilidade@cm-braga.pt
2. As faturas deverão ser emitidas em nome do Município de Braga, com referência aos documentos que lhe deram origem, isto é, deve especificar a **referência do procedimento** e o **respetivo número de compromisso/requisição externa de despesa**.
3. Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens.
4. Em caso de atraso do contraente público no cumprimento do prazo de pagamento, são devidos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora.
5. Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Nas condições de pagamento a apresentar pelos concorrentes não podem ser propostos adiantamentos por conta de serviços a prestar, devendo refletir a fatura, os bens efetivamente fornecidos no período a que se refere, respeitando o artigo 292.º do CCP.
7. O atraso em um ou mais pagamentos não determinam em caso algum o vencimento das restantes obrigações de pagamento.
8. Mais se informa que "Os critérios de avaliação dos fornecedores foram publicados no site institucional do Município de Braga, poderá aceder aos mesmos a partir do seguinte local: <https://www.cm-braga.pt/pt/0502/municipio/camara-municipal/instrumentos-de-gestao?idh=1029>."

Secção II – Obrigações do cocontratante

9ª. Obrigações principais do cocontratante

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, decorrem para o cocontratante as seguintes obrigações principais:
- a. Obrigação de entrega do bem identificado na sua proposta, acompanhado de todos os manuais para a sua boa utilização e outros, como por exemplo, o plano de manutenção do veículo, todos redigidos em língua portuguesa;

- b. Obrigação de prestação de assistência técnica fixa e móvel no território nacional;
 - c. Obrigação de reparação de erros ou deficiências do bem;
 - d. Obrigação de não alterar as condições da proposta do bem, apresentada;
 - e. Obrigação de garantia dos bens;
2. O cocontratante obriga-se a recorrer a todos meios humanos e materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 3. Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o facto que torne total ou parcialmente impossível o cumprimento do contrato objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante.
 4. Não alterar as condições das obrigações fora dos casos previstos nas especificações do presente caderno de encargos;
 5. São igualmente da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, de marcas registadas, patentes, licenças ou direitos de propriedade industrial ou intelectual.
 6. O processo de legalização/homologação do equipamento é da exclusiva responsabilidade do fornecedor do equipamento, bem como os custos inerentes ao mesmo;
 7. O veículo só poderá ser aceite pelo Batalhão de Bombeiros Sapadores do Município de Braga após a homologação e matrícula do mesmo;

10ª. Garantia Técnica

1. Nos termos da presente cláusula e da lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, o fornecedor garante os bens objeto do contrato, pelo prazo mínimo previsto na legislação em vigor, a contar da entrega dos bens, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com as características, especificações e requisitos técnicos definidos na cláusula das especificações técnicas, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. A reparação ou substituição de peças devem ser realizadas dentro de um prazo de **3 (três) dias úteis**, salvo motivo de força maior devidamente atendível pela entidade adjudicante.
3. Durante o prazo de garantia o fornecedor é obrigado a proceder, imediatamente, e à sua custa, à substituição de peças, materiais ou equipamentos, e a executar todos os

trabalhos de reparação que sejam indispensáveis para assegurar a perfeição e o uso normal dos bens nas condições previstas para os quais foram concebidos.

11ª. Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos na cláusula das especificações técnicas do presente documento.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e montados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens.
4. O fornecedor é responsável perante a entidade adjudicante por qualquer defeito ou discrepância entre o bem objeto do contrato e o bem que lhe é entregue.
5. Quando os produtos solicitados não se encontrarem em perfeitas condições ou quando forem fornecidos produtos diferentes dos solicitados, a entidade adjudicante reserva-se no direito de devolver os produtos em questão, tendo o fornecedor de proceder à sua substituição no prazo de (12/24 horas), contadas a partir da notificação por parte do Município.

12ª. Proteção de dados pessoais

1. O Cocontratante obriga-se, quer na sua qualidade de Responsável pelo Tratamento, quer na sua qualidade de Subcontratante, nos termos definidos nos nºs 7 e 8 do art.º 4º do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a cumprir e a fazer cumprir as normas legais e regulamentares aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, incluindo, entre outras, o Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados) e a Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, sendo exclusivamente responsável por implementar todas as medidas e requisitos necessários ao seu cumprimento durante a execução do contrato.
2. Todos os titulares de dados têm direito a apresentar reclamação se considerarem que o tratamento dos dados pessoais que lhe diga respeito viola o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados.
3. Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, a reclamação referida no número anterior é apresentada a uma autoridade de controlo, em especial

mo Estado-Membro da residência habitual do titular dos dados, do seu local de trabalho ou do local onde foi alegadamente praticada a infração.

4. O responsável pelo tratamento dos dados ou o subcontratante, conforme os casos, fica isento de responsabilidade se provar que não é de modo algum responsável pelo evento que deu origem aos danos.

13ª. Responsabilidades

1. O cocontratante(s) respondem perante o contraente público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do(s) contrato(s), bem como daqueles que resultem do incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do(s) contrato(s).
2. Do mesmo modo, o cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o contraente público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo(s) cocontratante(s), no âmbito da execução do(s) contrato(s), este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do(s) cocontratante(s) a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do(s) contrato(s), em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

14ª. Dever de sigilo

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à entidade adjudicante, de que possa ter conhecimento ao abrigo, ou em relação, com a execução do contrato, nomeadamente administradores, diretores, outros trabalhadores, clientes, parceiros e fornecedores, salvo se previamente autorizado por escrito.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante, ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de

processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

15ª. Termos de desempenho ambientais

1. O cocontratante deve garantir as melhores práticas ambientais, no âmbito da sua atividade empresarial, por forma a incluir as medidas necessárias a fim de assegurar a proteção do ar, da água, do solo, e de prevenir ou reduzir a poluição sonora, a produção de resíduos e o consumo energético, com o objetivo de alcançar um nível elevado de proteção do ambiente e minimizar os impactes ambientais.
2. Garantir o correto encaminhamento dos eventuais resíduos produzidos no decorrer da execução do contrato, respeitando as boas práticas ambientais previstas na legislação em vigor.
3. Constitui igualmente obrigação do cocontratante a aplicação de medidas de gestão ambiental específicas, quando adequado, em conformidade com um sistema de certificação por terceiros, como os sistemas EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria) ou a norma ISO 14001.

Secção III – Penalidades contratuais e força maior

16ª. Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a entidade adjudicante pode exigir do cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a. Pelo incumprimento da obrigação necessária à boa execução do contrato até 3% do preço contratual;
 - b. Pelo incumprimento da obrigação de garantia técnica, até 3% do preço contratual.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do cocontratante, a entidade adjudicante pode exigir-lhe uma pena pecuniária de até 20% do preço contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo cocontratante ao abrigo do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.

4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
5. A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

17ª. Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo cocontratante de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do cocontratante não devidas a sabotagem;

- g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
- 4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
- 5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Secção IV – Resolução e subcontratação contratual

18ª. Resolução por parte da entidade adjudicante

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no contrato, nomeadamente os constantes na cláusula referente às penalidades contratuais, a entidade adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
2. O contrato pode ser resolvido pela entidade adjudicante em caso de incumprimento definitivo, grave ou reiterado, e culposos das obrigações assumidas no contrato pelo cocontratante, nos termos gerais de direito, sem prejuízo das correspondentes indemnizações legais a que houver lugar.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, a entidade adjudicante comunicará por escrito a ocorrência da situação de incumprimento suscetível de gerar resolução contratual, concedendo à contraparte um prazo não inferior a 10 dias para que aquela reponha a situação de incumprimento, sem o que, o incumprimento se tornará definitivo e determinará a resolução contratual, nos demais termos gerais de direito.
4. O contrato pode também ser resolvido pela entidade adjudicante caso se verifique alguma das seguintes situações, as quais são desde já consideradas como situações de incumprimento grave e culposos por parte do cocontratante:
 - a. Quando se verificar reiterada inobservância das disposições do contrato ou má-fé do cocontratante;
 - b. Prestação de falsas declarações;
 - c. Estado de falência ou insolvência;
 - d. Cessaçã da atividade;
 - e. Condenaçã, por sentençã transitada em julgado, por infraçã que afete a idoneidade profissional do cocontratante e desde que não tenha ocorrido reabilitaçã judicial.
5. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaraçã escrita enviada ao cocontratante.

19ª. Resolução por parte do cocontratante

O cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

20ª. Subcontratação e cessão da posição contratual

1. A subcontratação pelo cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. Em caso de incumprimento, pelo cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o cocontratante cederá, nos termos do disposto no artigo 318.º-A do CCP, a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do presente procedimento, pela ordem sequencial de classificação dos concorrentes.

21ª. Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, nos termos do disposto no DL n.º 174/2019, de 13 de dezembro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Secção V – Disposições Finais

22ª. Consulta preliminar ao mercado

1. Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a obter informações relevantes para estabelecer, entre outras, o preço base.
2. As informações obtidas foram vertidas nas especificações técnicas constantes deste Caderno de Encargos e foi com base naquelas que se obteve o preço base da cláusula 5ª - Preço Contratual, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.
3. Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas, salvo se os documentos que constituem a proposta, comuns à consulta preliminar, forem classificados como confidenciais por parte do interessado.

23ª. Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, por meio de transmissão escrita e eletrónica de dados.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

24ª. Gestor do Contrato

Nos termos e para os efeitos da alínea i) do n.º 1 do artigo 96.º e do artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato será identificado na fase de adjudicação.

25ª. Local da entrega dos bens

1. O equipamento objeto do contrato deve ser entregue nas instalações dos Bombeiros Sapadores de Braga, e com as características definidas nas especificações técnicas do presente caderno de encargos.
2. O fornecimento do equipamento será efetuado durante o horário de funcionamento dos serviços do Município, salvo situações articuladas previamente, quando aplicável.

26ª. Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do disposto no artigo 471.º do CCP, na sua atual redação.

27ª. Legislação aplicável

O contrato é regulado pelo disposto no CCP e restante legislação aplicável.

Parte II – Cláusulas Especiais

28ª. Especificações técnicas

VTTF - Veículo Tanque Tático Florestal

Conforme Despacho nº 1240/2024 da ANEPC Ficha Técnica Nº 8.2

1. Definição

Veículo da classe S, categoria 2, equipado com bomba de serviço de incêndios e tanque(s) de agente(s) extintor destinado prioritariamente à intervenção em espaços naturais e/ou apoio a operações de socorro e/ou assistência de acordo com a EN 1846 — 1, 2, 3.

2. Características de desempenho do veículo

2.1 Carga útil/peso bruto

O peso bruto do veículo deve respeitar a homologação do IMT.

2.2 Autonomia

A autonomia do veículo, deve permitir realizar com a carga normal, um percurso mínimo de 300 km em estrada de perfil medianamente acidentado ou o funcionamento da bomba de serviço de incêndios durante quatro horas consecutivas.

O orifício do depósito de combustível, quando aplicável, deve conter uma rede de proteção de enchimento, deve ser de fácil acesso nas operações de enchimento, tendo nas proximidades a indicação do tipo de combustível e o tampão em cor amarela, com chave.

2.3 Desempenho

O desempenho dinâmico do veículo deve obedecer aos requisitos definidos na EN 1846 — 2, de acordo com a classe e categoria do veículo.

O chassis do veículo deverá ser dotado de reforço interior, por meio de sublongarina, desde a traseira do motor até à traseira do chassi.

Ângulo de ataque frontal do veículo deve de ser, mínimo, de 30º, saída 23º / rampa 18º

3. Características mecânicas do veículo

3.1 Motor

O motor deve respeitar a legislação nacional e comunitária. Tipo de emissões do motor — Euro 6

Tipo de combustível - Diesel

Relação peso potência – cumpre 16,55 Cv por Ton

O sistema de arrefecimento do motor deve ser convenientemente dimensionado, de modo a permitir o seu funcionamento, por um período igual ou superior a 4 horas, à temperatura ambiente.

O regime do motor em circulação a 90Km/h não deverá ser superior a 1.510 rpm O motor deve permitir um arranque e funcionamento em quaisquer condições de temperatura.

A potência deverá ser superior a 350kW, sendo a mesma atingida antes das 1420rpm.

O binário motor não deverá ser inferior a 2.390Nm e deverá ser atingido antes das 1.000 rpm e prolongar-se até às 1400 rpm.

A regeneração do filtro deverá ser automática com função de regeneração forçada por comando manual.

O escape do motor deve estar colocado de modo a não prejudicar quer a tripulação, quer o operador da bomba de serviço de incêndios.

Os sistemas de escape montados no veículo devem ser concebidos para prevenir a libertação de faúlhas.

Os componentes quentes do sistema de escape localizados por baixo do veículo devem ser protegidos para evitar o contacto com a vegetação.

3.2 Caixa de velocidades

A caixa de velocidades deverá ser automatizada de 12 relações para a frente e um mínimo de 3 à retaguarda

A caixa de velocidades deve possibilitar o acionamento da bomba de serviço de incêndios com o veículo em andamento.

A tomada de força deve ser acionada diretamente pela caixa de velocidades e estar preparada para serviço contínuo prolongado, preferencialmente ser de marca igual à caixa de velocidades.

3.3 Eixo e diferencial

- a) O veículo deve possuir tração a todos os eixos.
- b) O veículo deve possuir dispositivos automáticos ou manuais de bloqueios a todos os diferenciais com sinalização colorida visível de dia e noite e de fácil observação pelo motorista.

3.4 Suspensão

A suspensão deve ser adequada ao serviço de incêndios e assegurar as características de desempenho dinâmico exigidas em 2.3, atendendo às velocidades, à carga transportada e ao volume de água armazenada, estar preparada para suportar constantemente a MTC

do veículo e ser, preferencialmente, do tipo de molas de lâminas, com amortecedores apropriados à carga.

3.5 Travões

O veículo deve estar equipado com sistema de travagem que cumpra a legislação nacional e comunitária aplicável.

O Compressor de enchimento dos depósitos de ar, deve possuir, no mínimo, um caudal de 1100l/min.

O veículo deve dispor de uma válvula reguladora de pressão do controlo de enchimento dos depósitos de ar, equipada com tomada rápida para enchimento dos depósitos através de fonte externa e possuir uma saída para ligar um tubo racord para enchimento dos pneus.

Deve possuir um sistema auxiliar de travagem (escape, alimentação, etc.) e equipamento de desumidificação do ar dos travões.

Os acumuladores dos travões das rodas devem ser devidamente protegidos. Deve ter um sistema auxiliar de carregamento dos depósitos de ar dos travões, composto por compressor de ar, alimentado exteriormente com 220V c.a., instalado no veículo e respetivo equipamento adicional.

O sistema deve estar associado à ficha/tomada elétrica do carregamento das baterias.

Os sistemas de travagem colocados sob o chassis devem ser protegidos contra terrenos acidentados e incidência de calor e chamas.

A viatura deverá estar equipada com auxiliar de travagem (retardador) com potência mínima de 335kW.

3.6 Rodas e pneus

O rodado deve ser simples à frente e simples ou duplo à retaguarda.

A pressão dos pneus deve estar indicada no veículo, por cima dos guarda-lamas, de modo indelével e com a indicação da unidade de pressão (bar).

Os pneus devem ser do tipo todo-o-terreno, com boa aderência ao piso, devendo possuir roda de reserva igual e completa, de fácil acesso e manuseamento e cumprir a legislação nacional e comunitária aplicável, nomeadamente quanto aos índices de carga e velocidade.

3.7 Direção

A direção do veículo deve ser assistida e com o volante do lado esquerdo.

3.8 Pedais de comando

O intervalo entre os bordos dos pedais do travão e do acelerador deve permitir a condução com botas.

3.9 Componentes eletrónicos

Os componentes eletrónicos de apoio à condução, nomeadamente, ABS, ASR, ESP entre outros, devem poder ser desligados quando em condução fora de estrada, salvo condição em contrário do fabricante do chassis.

3.10 Lubrificação

O equipamento do chassis não deve impedir o acesso aos diferentes corpos lubrificadores, que devem estar devidamente referenciados pela cor amarela.

Deve existir um esquema de lubrificação inscrito numa placa indicadora, situada, de preferência, na face interna da porta do condutor à melhor altura possível para uma fácil leitura.

4. Equipamento elétrico do veículo

4.1 Generalidades

Todos os equipamentos elétricos a instalar no veículo, tem obrigatoriamente de obedecer às normas UE.

O veículo deve estar equipado com o conjunto de luzes previsto no Código da Estrada e demais legislação aplicável e as utilizadas em veículos de emergência. Os circuitos devem estar protegidos por fusíveis calibrados, referenciados num quadro e facilmente acessíveis, existindo uma coleção para substituição.

Através de conveniente isolamento e filtragem, é garantida a não interferência com o equipamento rádio conforme a legislação nacional e comunitária aplicável. O chassis e a superestrutura não devem ser utilizados para distribuição e retorno de corrente elétrica (massa), pretendendo -se uma linha dedicada.

Deve estar disponível tensão de 12 V para ligação de equipamento auxiliar. Em veículos equipados com tensão de 24 V não podem existir ligações autónomas a uma das baterias.

Deve ser respeitada a legislação nacional e comunitária relativa a compatibilidade eletromagnética.

Os sistemas elétricos e componentes elétricos colocados sob o chassis devem ser protegidos contra terrenos acidentados e incidência de calor e chamas.

4.2 Baterias

As baterias devem ter instalados dois bornes extra devidamente identificados, para efeitos de encosto. As baterias devem ser sobredimensionadas na sua capacidade.

O compartimento de baterias deve facilitar o acesso para inspeção e manutenção e ser resistente aos ácidos.

O veículo deve estar equipado com um sistema de carregamento de baterias alimentado a 220 V c.a., que deve desligar -se automaticamente sempre que o motor do veículo é acionado.

4.3 Alternador

O veículo deve estar equipado com um alternador, de capacidade sobredimensionada para o fim a que se destina.

4.4 Avisadores e projetores especiais

O veículo deve estar equipado com:

- a) Sinalizadores luminosos azuis na parte superior, visíveis num ângulo de 360°;
- b) Amplificador de Sirene com capacidade para amplificação de 200W, dimensões de 135x170x55mm, 3 tons de sirene + *air horn*. Ligação à buzina através de massa. Deverá possuir homologação R10. Altifalante de 100W com motor fabricado em neodímio, com capacidade mínima de 120db, aplicado em suporte lacado a preto em "L", com difusor em ABS preto, e cone em alumínio lacado a preto, com montagem integrada na grelha frontal;
- c) Comando remoto com dimensões de 115x42x35mm, ligação através de cabo espiral extensível, com controlo exclusivo para Sirene e Horn (esquerda e direita respetivamente) através de um botão de pressão deslizante. Botão para função PA e controlo de volume de PA (direita e esquerda respetivamente) nas laterais do comando. Deverá ainda ter um botão on/off deslizante e led indicador de estado;
- d) Quatro sinalizadores luminosos, da marcha de urgência, azuis, intermitentes, tipo strob, colocados dois na parte da frente do veículo e dois na retaguarda, preferencialmente junto aos faróis e dois nas laterais, colocados na zona da retaguarda do veículo, de modo a serem visíveis pelo condutor do veículo da frente a, pelo menos, 100 metros, sendo eficientemente protegidos contra choques e

instalados sem perfuração da cabina com dimensões de 108x28x9,5mm, com lente cristal. A construção da mesma deve ser em policarbonato e a base deverá ser em alumínio para dissipação de calor. Deverá ter um mínimo de 7 modos de intermitência, capacidade de sincronização e possuir aro de modo a ocultar os parafusos de fixação. O equipamento deverá respeitar a homologação R65 Classe 2 da CEE/ONU (Portaria nº 311-C/2005, de 24 de março), bem como homologação R10 e IP9K;

- e) Iluminação lateral e à retaguarda, direcionada para o solo e com capacidade de iluminação num raio mínimo de 2,5 metros em relação ao limite exterior do veículo que deve ligar automaticamente quando acionada a marcha-atrás;
- f) Um projetor orientável e amovível de, pelo menos, 100 W, ou outro sistema com capacidade de iluminação equivalente ou superior, montado à frente e por cima da cabina;
- g) Um projetor orientável e amovível de, pelo menos, 100 W, ou outro sistema com capacidade de iluminação equivalente montado à retaguarda, do lado esquerdo;
- h) Uma lanterna com lâmpadas de led para leitura de mapas do lado direito no interior da cabina;
- i) Dois faróis de nevoeiro protegidos com grelha metálica inox, colocados na parte frontal do veículo;
- j) Farolins traseiros protegidos com grelha metálica inox.

5. Características da cabina

5.1 Interior da cabina

- a) A cabina deve ser normal com dois lugares;
- b) Ar condicionado de fábrica;
- c) O piso deve ser antiderrapante e com possibilidade de escoar líquidos;
- d) A iluminação do habitáculo é garantida, pelo menos, com um ponto de luz;
- e) A cabina deve ter bom isolamento sonoro e satisfazer, na generalidade, os seguintes requisitos:
 - i. Espaço suficiente para a instalação de dois emissores -recetores;
 - ii. Lugar do condutor regulável, permitindo uma condução segura e cómoda;
 - iii. Todos os lugares devem estar equipados com encostos de cabeça, cintos de segurança certificados de acordo com a legislação nacional e comunitária, com pré-tensores.

5.2 Acessos à cabina

Os acessos à cabina devem ser facilitados com degraus com inclinação suficiente, de molde a permitir a visibilidade do degrau imediatamente inferior, conforme EN 1846 —

1. Os degraus não devem prejudicar os ângulos de ataque do veículo, podendo ser retráteis ou em material flexível.

5.3 Segurança passiva da cabina

A segurança da cabina deve ser total e obedecer às seguintes condições:

- a) Os materiais utilizados no revestimento devem ser preferencialmente ignífugos;
- b) Os vidros devem respeitar a legislação nacional e comunitária aplicável;
- c) Não devem existir esquinas vivas e outros fatores que possam provocar ferimentos;
- d) Pode possuir duas garrafas com capacidade mínima de 6 litros de ar respirável, a 300 bar, instaladas em local de fácil manuseamento, com dispositivos de acionamento manobráveis do interior de modo a manter, em caso de necessidade, a pressão no interior da cabina superior à pressão atmosférica, bem como a melhorar a alimentação de ar do motor do veículo, através de ligação ao coletor de admissão. Dentro da cabina pode ser montado dispositivo de distribuição de ar respirável, com manómetro indicador da pressão das garrafas e três saídas para ligação rápida de duas mascarar individuais, (incluídas), que devem permanecer dentro da mesma em local acessível e identificado;
- e) A estrutura externa da cabina deve ser reforçada com arco de segurança construído em tubo de aço sem costura (rollbar), resistente às deformações produzidas por capotamento;
- f) A parte frontal deve ser guarnecida com uma grelha de proteção aos embates em árvores, a mesma grelha também deve proteger lateralmente os guarda-lamas frontais e o tubo da grelha deve ter no mínimo diâmetro de 2 polegadas;
- g) deve dispor de uma estrutura tubular externa em aço inox Aisi 304, para funcionar como cortina de proteção contra campos térmicos que envolverá a cabina e pneus dianteiros e traseiros, funcionando como rede de água para proteção do mesmo, a partir de um reservatório de emergência;
- h) Devem existir dois espelhos de bermas, colocados no lado direito da mesma.

5.4 Basculamento da cabina

Se a cabina permitir o basculamento ele deve poder ser efetuado por, apenas, um bombeiro da guarnição, sem recurso a dispositivos exteriores.

A existência da cabina basculante não deve impedir que algumas operações de controlo e reposição de níveis (motor, caixa de velocidades, baterias, radiador, etc.) sejam executadas sem recurso à manobra de basculamento.

5.5— Painel de comando e controlo

A cabina deve possuir um painel de comando equipado com, pelo menos, os seguintes instrumentos de manobra e controlo, devidamente identificados:

- a) Um corta-corrente geral a todas as fontes de alimentação provenientes da bateria, exceto as funções que necessitam de alimentação permanente;
- b) Um sinalizador luminoso verde, que indica a colocação sob tensão da instalação elétrica pelo interruptor geral;
- c) Três sinalizadores luminosos devidamente identificados, assinalando a colocação sob tensão através dos interruptores, sendo:
 - i) Verde, para os sinalizadores luminosos;
 - ii) Laranja, para o projetor orientável à frente;
 - iii) Vermelho, para o projetor orientável e amovível à retaguarda.
- d) Um avisador acústico e um sinalizador luminoso do fecho da cabina basculante, se existir;
- e) Um comando com sinalizador luminoso colorido, devidamente identificado, para o acionamento da tomada de força;
- f) Um sinalizador luminoso indicador de cofre aberto;
- g) Uma tomada de corrente identificada para gambiarra de 12 V c.c.;
- h) Outros sinalizadores ou avisadores considerados indispensáveis ao bom e eficiente funcionamento do veículo e acessórios, desde que respeitem legislação nacional e comunitária.

5.6 Placa de identificação

Na cabina deve existir uma placa de identificação do veículo referindo pelo menos:

- a) Nome do construtor (carroçador);
- b) Modelo e número do chassis (quadro);
- c) Massa total em carga;
- d) Ano de fabrico do chassis e da superestrutura.

6. Características da superestrutura

6.1 Dimensões

A transformação deve respeitar o manual de montagem de superestruturas do fabricante e representante do chassis, devendo a superestrutura com o equipamento ser suportada pelo falso chassis ou chassis auxiliar.

A largura da superestrutura não deve ser superior à largura do rodado traseiro, excluindo os pontos amovíveis.

As dimensões devem ser reduzidas ao mínimo tecnicamente possível.

O carroçador deve apresentar desenhos ou esquemas, em planta e vista lateral, identificando o comprimento, a largura e altura máximos, bem como a localização do centro de gravidade do veículo.

6.2 Tanque

O tanque de água, que deve ser fixado e apoiado à superestrutura (falso chassis) através de sinoblocos satisfazendo as seguintes condições:

- a) Possuir uma capacidade mínima de 12 000 litros ($\pm 5 \%$);
- b) A sua posição no carroçamento à vista e sem revestimento;
- c) Ser construído, em chapa de aço inox Aisi 316 L, ter as espessuras e anteparas definidas através de cálculo justificativo e respetivo termo de responsabilidade a emitir pelo carroçador;
- d) Possuir anteparas verticais e perpendiculares aos eixos do veículo;
- e) Quando fabricado com outros materiais, no que respeita às espessuras e composição química, deve apresentar certificado de resistência ao fogo e aos impactos;
- f) Apresentar resistência a águas cloradas e salinas;
- g) Possuir entrada de visita por cada compartimento criado pela existência de anteparas;
- h) As «bolachas» retiradas das anteparas devem tapar as entradas de visita através de um sistema de parafusos e porcas inox Aisi 316, os primeiros com orelhas para fácil desmontagem e as segundas soldadas à estrutura;
- i) A colocação das «bolachas» não deve impedir a saída rápida de água para a bomba do serviço de incêndios, mantendo, no entanto, a função de limitação das oscilações em movimento;
- j) Possuir, ainda:
 - iv. Entrada de visita superior tipo boca de homem, com tampa de abertura rápida;
 - v. Duas canalizações laterais (uma de cada lado) fixadas à superestrutura, com

- válvula de retenção, para o enchimento do tanque a partir de mangueiras flexíveis DN70 Storz B, montadas à retaguarda do eixo traseiro, com válvulas macho esférico e semiuniões Storz B com tampões presos por correntes com inclinação descendente de 10° a 30°;
- vi. Dispositivo de evacuação de água «tubo ladrão», que descarrega sob o chassis atrás do eixo da retaguarda, de modo a limitar as perdas em andamento, dimensionado tendo como objetivo evitar que a pressão interior não ultrapasse 0,20 kg/cm², com todas as tampas fechadas durante o enchimento, ou com idêntica pressão;
 - vii. Canalização do tanque para a entrada da bomba de serviço de incêndios, munida de um filtro visitável e amovível e de válvula flangeada com comando, manual e outro, com a dimensão adequada para evitar cavitação ou redução de perdas de carga da bomba;
 - viii. Sistema anti vórtice no tanque e na saída para a bomba de serviço de incêndios;
 - ix. União flexível na canalização de saída para a bomba de serviço de incêndios, capaz de absorver vibrações e torções;
 - x. Dispositivo luminoso que permita verificar o nível de água no tanque, de dia e de noite e outro dispositivo luminoso que permita verificar o nível de espuma no tanque, de dia e de noite;
 - xi. Orifício para o esvaziamento total do tanque, facilmente acessível da periferia da superestrutura equipado com semiuniões Storz B com tampões presos por correntes;
 - xii. Argolas ou aros na parte superior para permitir a sua elevação e retirada;
 - xiii. Caixa retangular em alumínio na parte superior para arrumação de material;
 - xiv. Reservatório de emergência, cuja água não deve ser utilizada para o serviço de incêndios, construído no interior do tanque, no mesmo material, com a capacidade de 300 litros ($\pm 5\%$), enchimento autónomo e simultâneo com o tanque principal e sistema elétrico de bombagem adequado;
 - xv. Reservatório de tanque de espuma de 300 litros ($\pm 5\%$).

6.3 Bomba serviço incêndios

O veículo deve ser equipado com uma bomba de serviço de incêndios, que irá receber o movimento necessário da tomada de força e ter as seguintes características:

- a) Possuir comando de engrenagem e paragem na cabina de condução e botão de

- paragem de emergência do motor no painel da bomba;
- b) Ser acionada através de veio de transmissão vindo da tomada de força, estando todas as transmissões equilibradas estática e dinamicamente, devendo a potência absorvida nos diversos regimes de trabalho ser inferior à potência disponibilizada pelo motor em cada regime de rotação de trabalho, considerando em trabalho conjunto o máximo de caudal e pressão em alta, baixa e admissão;
 - c) Estar certificada pela EN 1028 -1,2 e obedecer às seguintes condições:
 - d) Ser do tipo centrífuga, de alta e baixa pressão, fixa ao falso chassis e de fácil acesso;
 - e) Atingir os débitos mínimos de 3 000 litros/minuto, a 10 bar e 250 l/m a 40 bar;
 - f) Ter equipamento autoferrante e dispor de tempo de ferra inferior a 60 segundos para uma altura de aspiração 3,0 metros. O sistema de ferra deve funcionar diretamente no eixo da turbina/ impulsor;
 - g) Possuir indutor de espumífero;
 - h) Possuir válvula de descarga em caso de excesso de pressão e/ ou excesso de temperatura da bomba;
 - i) Possuir um filtro na admissão externa da bomba com malha inox adequada e facilmente acessível e amovível.
 - j) Possuir saídas em baixa pressão com uma inclinação descendente, segundo um ângulo de 10° a 30° e dispor de válvulas abertura/fecho facilmente manobráveis, mesmo sob o efeito de pressão, destacando-se as seguintes:
 - k) DN70, Storz B, duas saídas, com tampa cega presa por corrente;
 - l) DN70, para monitor;
 - m) DN45, Storz C, duas saídas, livre para eventual ligação manual em baixa pressão, com tampa cega presa por corrente;
 - n) Uma saída DN45, Storz C, colocada na frente do veículo com ligação ao circuito de baixa pressão da bomba, com tampa cega presa por corrente;
 - o) DN25, Storz D, uma saída, com tampa cega presa por corrente;
 - p) DN25, Storz D, uma saída alta pressão de água limpa, com válvula limitadora de pressão para mangueira florestal, com tampa cega presa por corrente e outra saída na frente do veículo de iguais características;
 - q) DN25, Storz D, uma saída alta pressão de água com aditivo, com válvula limitadora de pressão para mangueira florestal, com tampa cega presa por corrente;
 - r) DN25, Storz D, para enchimento/ circulação do tanque pela bomba;

- s) Saída de alta pressão DN25, com sistema de rosca macho-fêmea de 1 polegada e cone de vedação BSP inox.

O carroçador deve apresentar declaração emitida pelo fabricante da total compatibilidade da bomba no veículo proposto de modo que aquela consiga alcançar plenamente as performances indicadas pelo fabricante da mesma.

6.4 Painel de controlo da bomba

O painel de controlo ou quadro de manobra da bomba de serviço de incêndios deve dispor, devidamente identificados por meio de dísticos adequados e marcação indelével, colocados junto aos mesmos, pelo menos:

- a) Conta-rotações do motor;
- b) Acelerador;
- c) Manómetro indicador da temperatura do motor;
- d) Manómetro indicador de pressão de óleo do motor;
- e) Contador de horas total e parcial de funcionamento da bomba;
- f) Manómetro de baixa pressão ligado à bomba;
- g) Vacuómetro ligado à admissão da bomba;
- h) Comando de paragem de emergência do motor;
- i) Comando do sistema de ferra da bomba;
- j) Iluminação do painel de controlo, com interruptor.
- k) Um potenciómetro de mistura automática espuma/água com mostrador de percentagem e saída dedicada, com lavagem automática da bomba serviço incêndio.

6.5 Tubagem hidráulica

As uniões a utilizar nas tubagens devem ser do tipo Storz, estampado e maquinado de alumínio.

Todos os circuitos hidráulicos devem, preferencialmente, ser construídos em aço inox.

6.6 Cofres

Quantidade - 5 cofres laterais (2+2) + 1 traseira fechado

Os cofres devem ser instalados lateralmente e independentes, e ter uma estrutura que é, preferencialmente em alumínio tubular soldado ou, em alternativa, em aço tubular galvanizado a quente.

Na retaguarda do veículo deve existir um cofre fechado com persiana para colocação e proteção da bomba de serviço de incêndios e do carretel de mangueira.

Dimensões cofres (serão corrigidas em função das dimensões dos chassis no momento da reunião técnica).

Na parte posterior traseira do lado direito deve existir uma escada rebatível que permita o acesso à parte superior do tanque. Deve ser montada a 180 mm de distância, possuir punhos, barras de apoio ou corrimão e estribos antiderrapantes, bem como uma chapa de alumínio destinada a proteger a carroçaria.

Os cofres devem possuir as seguintes características:

- a) Serem construídos em alumínio, sendo o piso em alumínio estriado e resistente, com 3,0 a 4,0 mm de espessura;
- b) Serem forrados e estanques às intempéries e terem acesso fácil do exterior, permitindo a instalação funcional do material e equipamento;
- c) Possuírem iluminação que acenda automaticamente com a abertura da persiana;
- d) Permitirem a arrumação vertical dos lanços de mangueira, separados entre si por divisórias, com cintas de fixação individuais.
- e) As persianas devem obedecer aos seguintes critérios:
 - i) Ser em alumínio anodizado com uma camada de, pelo menos, 15 micrómetros;
 - ii) Possuírem sistema de compensação na abertura e fecho;
 - iii) Possuir pegas de fecho com trinco e fechadura com chave.

7. Equipamentos mínimos

7.1 Equipamento de extinção

A carga mínima obrigatória de equipamento de extinção deve ser a seguinte:

- a) Duas agulhetas para baixa pressão, com punho, válvula de abertura e fecho, regulador de caudal e seletor de projeção equipada com destorcedor e devidamente certificadas conforme EN 15182 — 1, 2, 3, 4:
 - i) Duas agulhetas com ligação Storz D e caudal mínimo igual ou inferior a 20 l/minuto e máximo até 160 litros/ minuto;
 - ii) Duas agulhetas com ligação Storz C e caudal até 500 litros/minuto;
 - iii) Uma agulheta com ligação Storz B e caudal até 1000 litros/minuto.
 - iv) As agulhetas têm que ser todas da mesma marca.
- b) Lanços de mangueira flexível, com uniões Storz em liga leve, quatro capas, proteção exterior, suportando uma pressão máxima de trabalho superior a 16 bar e uma pressão

de rotura mínima de 50 bar:

- i) Oito lanços DN25, com 20 metros cada e uniões Storz D;
 - ii) Seis lanços DN45, com 20 metros cada e uniões Storz C;
 - iii) Quatro lanços DN70, com 20 metros cada e uniões Storz B.
- c) Dois corpos chupadores de 3 metros cada ou três corpos chupadores de 2 metros cada, destinados à bomba principal de serviço de incêndios e compatível com a mesma, com uniões Storz, ralo e um cesto de aspiração, com boia acoplada, devidamente certificados conforme EN ISO 14557;
- d) Um disjuntor com válvulas e uniões Storz tipo BxCxC;
- e) Um disjuntor com válvulas e uniões Storz tipo CxDxD;
- f) Quatro reduções Storz BxC;
- g) Dois adaptadores rosca fêmea DN 45SI/Storz C.

7.2 Equipamento de iluminação, sinalização e elétrico

Todos os equipamentos elétricos a instalar no veículo, tem obrigatoriamente de obedecer às normas CE.

A carga mínima obrigatória de material de iluminação, sinalização e elétrico deve ser a seguinte:

- a) Dez cones de sinalização rodoviária fluorescentes;
- b) Duas lanternas portáteis, recarregáveis no veículo em suporte próprio, antideflagrantes (ATEX Zona 0/20), antiestáticas, proteção IP 66 com carga de 12 V c.c. ou 24 V c.c. Deve possuir dois sistemas de iluminação, um principal igual ou superior a 500 lúmens e um secundário com, no mínimo duas intensidades luminosas e com uma autonomia mínima do sistema principal de cinco horas de utilização na intensidade máxima ou vinte horas na mínima. A lanterna deve possuir sistema de fixação ao capacete compatível com o utilizado no Batalhão Sapadores Bombeiros de Braga;
- c) Duas lanternas de uso coletivo, portáteis, leves e extremamente corpo com sistemas magnéticos para permitir a sua fixação em materiais ferrosos, resistente ao impacto, anti estático e não condutor, led de alta. Deve possuir dois sistemas de iluminação distintos. Permitir três níveis de intensidades de luz em ambos os sistemas, cor de luz branco e laranja mediante seleção, capacidade de iluminação/ alcance em intensidade máxima, igual ou superior a 480 lumens/ 500 metros, autonomia em

intensidade máxima igual ou superior a 5 horas, autonomia em intensidade mínima igual ou superior a 24 horas, bateria recarregável de lítio, grau de proteção igual ou superior a IP66, aprovações: *2GEx ia IIC T4 Gb | II 2D Ex ia IIIC T135°C Db*, faz parte do fornecimento, cinta para transporte, carregador de viatura devidamente instalado;

c) Uma gambiarra de 12 V c.c., com 20 metros, lâmpada led ou equivalente e proteção IP 66.

7.3 Equipamento sapador

A carga mínima obrigatória de material de sapador deve ser a seguinte:

- a) Uma enxada com cabo;
- b) Uma pá florestal com cabo;
- c) Uma enxada -ancinho tipo McLeod;
- d) Uma ferramenta multiusos florestal;
- e) Um enxadão tipo Pulaski;
- f) Dois abafadores.

7.4 Outros equipamentos

A carga mínima obrigatória de material diverso deve ser a seguinte:

- a) Uma chave de boca de incêndio;
- b) Uma chave para Storz AxBxC;
- c) Uma chave para Storz CxD;
- d) Uma chave de marco de água;
- e) Uma chave de portinhola;
- f) Uma bomba flutuante, motor térmico, caudal mínimo de 1000 litros/minuto, autoferrante, sistema de corte por falta de óleo e saída Storz B;
- g) Dois recipientes de 5 litros cada para transporte dos combustíveis e lubrificantes necessários aos equipamentos mecânicos;
- h) Duas cordas dinâmicas de 8,0 mm, com 20 metros de comprimento e mosquetões;
- i) Dois extintores de 6 kg de pó químico ABC;
- j) Uma escada extensível de alumínio, com dois lanços, comprimento máximo fechado inferior a 2,5 metros e comprimento mínimo estendido de 4,0 metros, de acordo com a EN 1147;

- k) Uma motosserra de corrente com o mínimo de 450 mm com motor térmico igual ou superior a 3 kW e respetivo equipamento de proteção (óculos, auriculares, avental e perneiras). O peso da motosserra, sem combustível ou equipamento de corte deve ser igual ou inferior a 5,5 Kg;
- m) Uma motobomba portátil com caudal superior a 1000 litros / minuto. Deve possuir junções tipo storz para o chupador e para as mangueiras com diâmetro superior a 70mm, deve permitir uma elevação máxima de 25 metros e aspiração a pelo menos 8 metros garantindo uma pressão mínima de 2,5 bar.

8. Ferramentas próprias do veículo e do equipamento

A carga mínima obrigatória de material e ferramenta apropriado ao veículo deve ser a seguinte:

- a) Conjunto de chaves acondicionadas em caixa de ferramenta:
- i) Doze chaves de duas bocas fixas, em aço cromo vanádio;
 - ii) Um jogo de chaves de fendas, estrela e torx sextavado interior, em aço cromo vanádio;
 - iii) Uma chave de grifos;
 - iv) Um alicate universal.
- b) Um macaco hidráulico adaptado ao peso bruto do veículo;
- c) Dois calços de rodas;
- d) Uma cinta de reboque com 6 metros, suficientemente robusta para resistir à tração do veículo completamente carregado;
- e) Um guincho frontal e traseiro com capacidade de tração do peso bruto do veículo carregado quando aplicada a roldana;
- f) Duas roldanas desmultiplicadoras com capacidade para a deslocação do veículo;
- g) Mangueira para enchimento/esvaziamento dos pneus com 5 metros, tubo racord e manómetro de pressão;
- h) Gancho de reboque de 10 toneladas na retaguarda do veículo;
- i) Dois pontos de ancoragem com manilhas, à frente e dois atrás com capacidade para tracionar o peso do veículo;
- f) Equipamentos de socorro e sinalização regulamentares.

9. Equipamento de comunicações

9.1 Emissores -recetores móveis

O veículo deve possuir equipamentos móveis, homologados, montados na cabina, de fácil manejo por parte do chefe de equipa, com extensão do altifalante junto do painel de comando da bomba de serviço de incêndios, com interruptor on/off, e dois planos-terra em painel metálico, no tejadilho, destinados às antenas de rádio:

Emissor-recetor móvel de banda alta VHF (faixa dos 152 -173MHz), com 1000 canais, de tecnologia digital DMR, compatível com sistema Capacity Plus da MOTOTRBO e GPS. Antena de 1/4λ e antena GPS;

Emissor/recetor móvel para operação na rede Tetra SIRESP, com função GATEWAY/REPEATER, antena combinada com capacidade de receção de sinal GPS.

9.2. Outros equipamentos

No veículo devem existir, ainda, os seguintes equipamentos:

Um emissor/recetor portátil de banda alta VHF (faixa dos 152-173 MHz), com 1000 canais, de tecnologia digital DMR, compatível com sistema *Capacity Plus* da MOTOTRBO, GPS ativo e carregador veicular;

Um emissor/recetor portátil para operação na rede Tetra SIRESP com as dimensões 120mm x 54mm. Deve possuir uma potência de emissão Classe 3 (2.8W) e licença de DMO *Repeater*. A bateria deve ter a capacidade de, pelo menos, 2900mAh e possuir capacidade de ≥1000 grupos de conversação. Antena com capacidade de receção de sinal GPS e microfone de lapela. Deve possuir carregador veicular;

Um GPS com antena exterior, 12 canais paralelos no mínimo, cartografia topográfica nacional detalhada e atualizada, com sensores GLONASS e GALLILEO, armazenamento mínimo de 10 (dez) rotas, marcação de 100 (cem) pontos de interesse, medição de áreas e função zoom in/out.

Deve permitir operação portátil e operação em instalação solidária veicular.

9.3. Alimentação dos equipamentos

Todos os equipamentos devem ser alimentados pelas baterias do veículo.

10. Equipamento de socorro sanitário

A carga mínima obrigatória de material de socorro sanitário deve ser a seguinte:

- a) Uma caixa de primeiros socorros rígida ou semirrígida em material lavável, com bandoleira, ou alças que contenha:
 - i) Material de contenção e penso:
 - a) Dez embalagens com 3 compressas esterilizadas, 10 x 10;
 - b) Cinco pensos esterilizados de grande dimensão, 20 x 20;

- c) Cinco ligaduras de gaze 10 x 10;
- d) Cinco ligaduras elásticas 10 x 10;
- e) Cinco compressas oculares esterilizadas, (embalagem individual);
- f) Um rolo de adesivo comum 5 x 5.
- g) Material de imobilização:
 - i) Duas talas moldáveis, (tipo SAM);
 - ii) Dois colares cervicais universais descartáveis.
- h) Material de limpeza e desinfeção:
 - i) Iodo povidona, solução dérmica, 500 ml;
 - ii) Seis embalagens de soro fisiológico de limpeza, 30 ml;
 - iii) Soro fisiológico, 500 ml.
- i) Material diverso e de conforto:
 - a) Uma tesoura forte para roupa;
 - b) Cinco pinças descartáveis;
 - c) Dois sacos de frio "químico", (mono uso);
 - d) Uma caixa de luvas de látex, (100 unidades), não esterilizadas, ambidextras;
 - e) Duas mantas isotérmicas dupla face;
 - f) Um lençol para queimados;
 - g) Duas Máscaras para reanimação, (tipo pocket mask) com válvula unidirecional e com bolsa de transporte;
 - h) Insuflador manual, com duas máscaras de tamanho diferente;
 - i) Um filtro para insuflador;
 - j) Uma garrafa de 3 L O₂;
 - k) Tubos de conexão (2);
 - l) Duas máscaras de alta concentração (com balonete);
 - m) Uma maca de lona, ou material similar, desdobrável, lavável, com 8 pegas.

11. Pinturas, símbolos e inscrições

11.1 Generalidades

O chassis deve ser protegido com uma pintura anti corrosão, com uma garantia de seis anos e aplicada antes da montagem da superestrutura, de acordo com as indicações dos fornecedores da marca do chassis

11.2 Inscrições

O polígono onde se inscrevem os caracteres no tejadilho ou capota do motor, deve ter as seguintes dimensões médias:

- 1 – Altura – 720 mm;
- 2 – Largura – 640 mm.

| | | | |
|---|---|---|---|
| 0 | 3 | 0 | 1 |
| V | T | T | F |
| | 0 | 0 | |

Nas ilhargas, os caracteres que compõem o número operacional devem ter as seguintes dimensões:

- 1 – Altura total – 100 mm;
 - 2 – Largura total – 60 mm;
 - 3 – Espessura de cada algarismo ou letra – 20 mm.
- Sempre que possível esta inscrição deve constar à retaguarda do veículo.

O polígono onde se inscrevem os caracteres nas ilhargas e na retaguarda deve ter as seguintes dimensões médias:

- 1 – Altura – 360 mm;
- 2 – Largura – 320 mm.

Nas partes laterais e na frente do veículo, em letras de 100 mm, a cor branca refletora, devem ser inscritas as palavras [BOMBEIROS SAPADORES DE BRAGA].

Sempre que possível esta inscrição deve constar à retaguarda e à frente do veículo. Na inscrição frontal as letras serão inscritas em posição contrária de forma a serem legíveis a partir do retrovisor do veículo à sua frente.

A decoração do veículo deve ser previamente aprovada após entrega de desenho técnico em formato digital.

12. Formação

O contrato de venda do veículo deve conter obrigatoriamente um programa de formação adequado sobre o veículo e os equipamentos, com duração mínima de 28 horas, repartidas por 4 dias seguidos, a 7h/dia.

13. Visitas Técnicas

Devem ser promovidas visitas que serão divididas em 3 momentos:

- 1) Na fase de projeto e quando estiver disponível o chassi;
- 2) Montagem da superestrutura;
- 3) Na fase final da construção.

14. Cor, identificação e sinalização dos veículos

O veículo deve ser pintado a vermelho acrílico, referência RAL 3000, com uma garantia de três anos, de base fosca e verniz para acabamento, devendo os para-choques e *roll bar* ser pintados preferencialmente a preto fosco.

29ª. Equivalência Técnica

Nos termos do disposto no n.º 9 do artigo 49.º do CCP, sempre que se verifiquem quaisquer menções a marcas comerciais, patentes, tipos, origens ou modos de produção deve considerar-se, em tais casos, **a menção “ou equivalente”**.